

**Meio Ambiente e Ecologia Humana em Diálogo e Perspectivas no  
Nordeste Brasileiro**

*Dialogue Between Environment and Human Ecology and Perspectives in  
Northeastern Brazil*

*Medio Ambiente y Ecología Humana en Diálogo y Perspectivas em el Noreste  
Brasileño*

**TOMÁZ, Alzení de Freitas**

UNEB/PPGEcoH – Doutoranda

E-mail: alzeni@efa.g12.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3661-797X>

**ROCHA, Kilma Manso R. da**

UNEB/PPGEcoH – Doutoranda

E-mail: kilma.manso@yahoo.com

**ALVES, Maria Rosa Almeida**

UNEB/PPGEcoH – Campus IIII- Doutoranda

E-mail: rosaroseiralves@gmail.com

**AZEVEDO, Sérgio Luiz Malta de**

UFCG – UNEB/ PPGEcoH – Professor Doutor

E-mail: maltasma@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3217-8159>

**ALMEIDA, Maria do Socorro Pereira de**

UFRP – UNEB/PPGEcoH – Professora Doutora

E-mail: socorroalmeidalettras@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8434-5561>

Recebido: 11/01/2023 | Revisado: 25/02/2023 | Aceito: 12/03/2023 | Publicado: 30/12/2023

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.10475269>

**RESUMO** - O estudo apresenta um olhar panorâmico sobre alguns aspectos do Nordeste brasileiro no intuito de evidenciar perspectivas da Ecologia Humana de modo que se emergem fatores essenciais dos espaços nordestinos sob o prisma da relação humano-natureza. Desse modo, traz-se uma breve explanação sobre os povos originários, especialmente dos estados BA, PE, AL; uma invocação ao olhar para espécies em extinção, a exemplo da arara-azul-de-lear e a concepção de ecopertencimento. O trabalho se fundamenta em narrativas do vivido e concebido pelos autores e de uma pesquisa bibliográfica, abrangendo nuances socioculturais, socioambientais e educativas. Ao longo da pesquisa foi possível observar que não é bastante o ser humano pensar em preservar, mas se inserir no contexto natural tal como ser que é parte desse todo, só a partir do sentimento de pertencimento ao meio ambiente é que pode pensar o outro humano e não-humano como a si mesmo e cuidar por empatia, amor e cuidado e não apenas por um dever.

**Palavras-chave:** Cultura. Educação ambiental. Humano e não humano.

**ABSTRACT** - This study proposes a panoramic view on some aspects of Northeastern Brazil aiming to highlight perspectives of Human Ecology in order to bring up essential factors of such place under the point of view of the relationship between humans and nature. Thus, this paper features a brief explanation about the native people, particularly the ones from the states of BA, PE and AL; an invitation to take a closer look on endangered species like the *arara-azul-de-lear*, and the conception of eco-belonging. The work is based on narratives of the authors' experiences and on a bibliographical review, which approaches sociocultural, socioenvironmental and educational layers. Throughout the research it

was possible to observe that it is not enough for the human being to think about conservation, it is also necessary to insert ourselves in the environmental context as a part of it, for only through the feeling of belonging in nature it is possible to think about other humans and non-humans as our equals and conserve for empathy, love and care, and not only as an obligation.

**Keywords:** culture, environmental education, human and non-human

**RESÚMEN** - El estudio presenta una mirada panorámica sobre algunos aspectos del Nordeste brasileño con el objetivo de resaltar perspectivas de la Ecología humana para que factores esenciales de los espacios nororientales emerjan desde la perspectiva de la relación hombre-naturaleza. Así, se brinda una breve explicación sobre los pueblos originarios, especialmente de los estados BA, PE, AL; una invocación al observar especies en peligro de extinción como el guacamayo de Lear y el concepto de eco-pertenencia. El trabajo se basa en narrativas de lo vivido y concebido por los autores y en investigaciones bibliográficas, abarcando matices socioculturales, socioambientales y educativos. A lo largo de la investigación se pudo observar que no basta que el ser humano piense en preservar, sino insertarse en el contexto natural como un ser que forma parte de ese todo, sólo desde el sentimiento de pertenencia al entorno que le rodea. Puede pensar en otros humanos y no humanos como uno mismo y preocuparse por empatía, amor y cuidado y no solo por deber.

**Palabras claves:** Cultura. Educación ambiental. Humanos y no humanos.

## 1. INTRODUÇÃO

Ao falar de Ecologia Humana já se tem, essencialmente, contempladas várias áreas como a Ecocrítica, Geografia, Cultura, Antropologia, Sociologia, biologia, direitos entre outras, porque a EH estuda a vida do ser humano em todas as dimensões. Nesse contexto, a cultura está, também, na seara educacional uma vez que ela, ao tempo em que é motivo e nutrição, é, também, reflexo da vivência humana.

Dessa forma, o trabalho traz aspectos ambientais e culturais de vivências humanas e não-humanas em espaços nordestinos no intuito de observar como se revela a relação humano-ambiental bem como os impactos internos e externos que interferem na vida e na morte tanto das comunidades que estão nesses lugares quanto dos não-humanos que tem neles seu habitat.

Nesse contexto, a pesquisa está dividida em partes de modo que, em cada uma delas se apresente um contexto de vivência em diferentes dimensões. No primeiro tópico revela-se como alguns povos originários (indígenas) vivem e convivem entre si e com os demais, suas necessidades e lutas para conseguir se manter adequadamente em espaços que, na verdade, são seus habitats naturais, usurpados pela ganância das forças de poder de mando.

Seguindo o contexto, passamos em vista a luta da arara-azul-de leiar pelo direito de existir, ou seja, essa espécie está sendo exterminada direta e indiretamente pelas ações antrópicas que alteram as condições normais de funcionamento da natureza e causam danos irreversíveis ao meio ambiente.

Por último, buscamos ver como é a vida nas serras e porque elas pedem “socorro”. Vemos que a vida das comunidades humanas e não-humanas que estão nesses espaços estão sob ameaça em virtude da destruição causada pelo humano que não mede esforços em conseguir cada vez mais riqueza e poder.

Salientamos que o trabalho está embasado tanto na vivência dos autores com esses espaços, por isso com conhecimento de causa, quanto por auxílio de estudos científicos sobre os assuntos aqui apresentados. Assim sendo, pretende-se contribuir para a conscientização ambiental por parte de pessoas que estão longe desses espaços, que não conhecem de perto essas vivências e, muitas vezes, são enganados por falsas informações ou tendem a ser, deliberadamente, invisibilizados pelo não devir.

## **2. POVOS ORIGINÁRIOS EM ESTADOS DO NORDESTE: ASPECTOS CULTURAIS E AMBIENTAIS**

No caso do Brasil, no resguardo do reconhecimento do termo ‘Povos Originários’, como os grupos humanos que aqui sempre estiveram, é necessário ressignificar o termo “pioneiro” não como aquele que se antecipa aos outros e que chega primeiro em determinada região, contribuindo, inclusive, com a colonização na atração de pessoas e recursos para o lugar. Mas, sobretudo, como aqueles que participam do pioneirismo de ocupação histórico-territorial e que antecedem a vinda dos descendentes dos conquistadores, no caso brasileiro, de europeus na região do Submédio São Francisco, entre os estados de Bahia e Pernambuco.

Trata-se dos que aqui sempre estiveram, os Povos Originários e seus inúmeros grupos étnicos, com culturas dinâmicas, troncos linguísticos de diferentes nações, foram os primeiros a serem atingidos bruscamente no processo de colonização, que os conduziram a situações de escravidão, extermínios, expulsões ou colocados em

situações de aldeamentos, silenciados, desterritorializados de seus lugares sagrados, numa irrupção abrupta da cultura e da identidade.

Não obstante, em tempos presentes, esses Povos acreditam numa arqueologia que se comunica com sua ancestralidade. Isto porque possuímos um arcabouço de elementos datados de mais de nove mil anos, como as pinturas rupestres e inúmeros artefatos existentes, patrimônio que os indígenas insistem em ser preservados.

No entanto, as dinâmicas territoriais cominadas em processos de autodemarcação, retomadas, acampamentos e reivindicações de regularização fundiária, não passam, necessariamente, por estes lugares geograficamente definidos ou arqueologicamente apontados, mas passam, essencialmente, pela dinâmica de trabalho, livre da submissão de proprietários de terras, de conflitos entre posseiros, entre outras formas de perseguições. Muitos desses territórios étnicos, usurpados, grilados por particulares e ou empresas públicas e privadas.

Esses aspectos geram inúmeros e infintos conflitos que se embasam no interesse capitalista dos latifundiários e burguesias agrárias em geral, que insistem em se apossarem das terras indígenas e demarcarem territórios que são dos seus interesses em detrimentos dos interesses dos verdadeiros donos das terras que são os povos originários. Muitas negociações ou falsas negociações são feitas com a conivência e ajuda de alguns políticos, também proprietários de terras, ou para agradar interesses do capitalismo rural. É uma situação complexa que mostra a territorialização ilegal e a desterritorialização abrupta, vergonhosa e cruel dos que estão em situação de vulnerabilidade perante o poder dos interesses capitalistas a exemplo do marco temporal que volta no tempo (para 1988) para poder ter autonomia de limitar as demarcações de terras indígenas, ignorando a situação e condições precárias em que muitos desses povos ainda vivem justamente porque tiveram seus espaços usurpados e não devolvidos.

Embora tenhamos o interesse de nos referir ao Nordeste, é importante observar que, no Brasil, os povos indígenas representam 0,4% da população total do país, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ao todo, são 305 povos vivendo no território brasileiro, a maioria concentrada na região da Amazônia. O Nordeste vem em seguida, com 31% dos indígenas do país.

No entanto, é importante ressaltar que em se tratando de povos originários (Povos Indígenas), cabe ampliar o conceito e incluir Povos e Comunidades

Tradicionais (Comunidades Quilombolas, Comunidades de Pescadores Artesanais, Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto, Catingueiros, Castanheiros, Povos Ciganos das etnias Calon e Rom e inúmeros Povos de Terreiros de Candomblé e Umbanda ligados às civilizações Bantu e Yoruba) que não só chegaram antes como ainda estão aqui e também foram ignorados nas suas culturas e modos de vida e assim como os indígenas, precisam ter seus espaços de vivência e sobrevivência garantidos. Isto é um dever do Estado e deve ser motivo de conscientização da sociedade brasileira, uma vez que:

O conceito de povos e comunidades tradicionais como o estabelecido no Decreto nº 6040, que Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades que é o de “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (GOV.BR, MMA, 2022, p. 1).

No que se refere às dinâmicas territoriais, vivenciadas por estes grupos numa região marcada pelo latifúndio, herdado desde as sesmarias até a construção de grandes empreendimentos como as hidrelétricas do São Francisco. Assinala-se que elas são responsáveis por fortes intervenções<sup>1</sup> que modificaram a ecologia da vida de maneira estrutural, realocaram grupos de forma compulsória, abandonando um dos maiores passivos ecológicos e humanos imensuráveis, no que se refere a impactos de barragens<sup>2</sup>.

O Rio São Francisco (Opará para os indígenas) é um ‘Rio Indígena’ como infere Oliveira (2022), especialmente na região do Submédio, que compõe as sub-bacias dos rios Pontal, Garças, Brígida, Pajeú e Moxotó, situados à margem esquerda no Estado de Pernambuco, assim como na margem à direita, os rios Salitre, Tourão e Vargem Grande, no Estado da Bahia. O Submédio é composto por 92 municípios com

---

<sup>1</sup> Impactos de natureza desastrosa, que inundaram territórios e marcaram a vida de populações inteiras do campo e da cidade, deslocando-os de seus lugares de forma compulsória. E provocando um forte nível de adoecimento por sintomas relacionados à depressão.

<sup>2</sup> A obra *Barrando Barragens*, aponta os principais impactos causados por barragens na região do Rio São Francisco no Nordeste do Brasil (MARQUES *et al.* 2018).

pelo menos 30 grupos indígenas que reivindicam territórios étnicos e/ ou desintrusão<sup>3</sup>, a maioria excluídas das políticas públicas de direitos.

Essas dinâmicas territoriais criaram um importante movimento que vem mexendo com a estrutura agrária da região. Sobretudo, porque os aldeamentos reconhecidos, ainda na década de 30 - 40, do século XX, foram drasticamente atingidos por uma política intimista de redução dos territórios reivindicados e da presença de posseiros que fragmentaram e reduziram territórios inteiros, bem como os territórios invisíveis situados em terras devolutas no campo e na cidade, que sequer são considerados no campo formal das políticas de Estado.

Territórios pesqueiros, por exemplo, não estão dispostos na legislação, no entanto, esses agentes sociais lutam para garantir que estes lugares de natureza pública sejam regularizados e protegidos em seu favor. Comunidades como as de Fundo e Fecho de Pasto, reconhecidos na legislação própria da Bahia, sofrem ameaças de marco temporal que podem impedir sua regularização. Comunidades Quilombolas, ao passo que são reconhecidas do ponto de vista identitário pela Fundação Cultural Palmares, se deparam com a falta de regularização do território por parte do INCRA. Os Povos de Terreiros e Ciganos, talvez sejam os mais desprotegidos em termos de garantias territoriais. Os dispositivos são dispersos e frágeis em termos de garantias demarcatórias.

A Nova Cartografia Social na Bacia do Rio São Francisco, pensada como uma possibilidade epistemológica decolonial, possui confluências nas expressões coletivas que evidenciam os processos de territorialidades e por vezes, é utilizada pelos grupos sociais em suas reivindicações no campo jurídico em face a regularização de seus territórios ou mesmo, em torno da viabilidade de suas lutas. O esforço de cartografar esses grupos colaboram com os processos de autoidentificação e organização cultural, política, social e territorial.

O Rio São Francisco em todo seu curso, em particular na região semiárida, é marcado por velhos e novos conflitos que insistem em práticas de altos níveis de degradação, muitos deles irreversíveis do ponto de vista ambiental e social. É neste contexto, que esses grupos sociais estão inseridos, dispostos a toda sorte, deste os processos de criminalização à negação de suas identidades coletivas e individuais.

---

<sup>3</sup> A desintrusão, é ferramenta jurídica para retirar invasores/posseiros de Territórios indígenas demarcados [grifo nosso].

Sendo assim, é impossível dissociar a luta por terra e território da questão agrária nesta região entrecortada pela semiaridez sertaneja.

Contudo, é de se compreender que as formas de desterritorialização e reterritorialização deram novas configurações a uma região marcada por processos de conflitos. A “elite pioneira” dominante, se lançou em nome de um modelo de desenvolvimento, modelado em grandes empreendimentos, como: usina hidrelétrica, agronegócio através de monocultivo, transposição do Rio São Francisco, mineração, parques eólicos, grilagens de terras, privatização de terras de beira rios, entre outras ações, com aspectos de modelação para atingir níveis de *commodities* e o aquecimento do mercado de terras. Com isso, tornaram invisíveis direitos de grupos sociais e territórios étnicos existentes, bem como comprometeram o meio ambiente, vítima da ação desenfreada do capital.

### **3. A CONSERVAÇÃO DA ARARA-AZUL-DE-LEAR**

Cientificamente descrita, em 1856, por Charles L. J. Laurent Bonaparte – biólogo e ornitólogo francês, sobrinho de Napoleão Bonaparte – a arara-azul-de-lear (*Anodorhynchus leari*) teve sua denominação referenciada a Edward Lear, um pintor inglês que a desenhou no ano de 1828. E como sua descrição foi unicamente baseada num exemplar pertencente ao Museu de História Natural de Paris, a região de procedência era completamente desconhecida, e assim permaneceu por exatos 150 anos, haja vista que, somente no ano de 1978, uma expedição científica logrou êxito em localizar a sua região de ocorrência – o Raso da Catarina – uma região árida e de difícil acesso, situada na porção nordeste do Estado da Bahia.

Assim, é considerada uma espécie de ave endêmica da região semiárida baiana; e que devido a sua exclusividade de área de ocorrência, associada às condições ecológicas específicas da região e da própria espécie, enfrenta sério risco de extinção; cuja população nativa alcançou um número muito reduzido na década de 90 – menos de 100 aves. Atualmente, graças aos esforços contínuos em prol da sua conservação, envidados por instituições de conservação e de pesquisa, tanto governamentais quanto não governamentais, nacionais e estrangeiras, a sua população tem aumentado, porém ainda permanece sob o risco de extinção.

O tráfico de animais silvestres, os conflitos com agricultores decorrentes dos ataques aos milharais e as mortes por eletroplessão nas estruturas da rede elétrica representam os fatores que ameaçam fortemente a conservação desta espécie de ave tão bela e emblemática da Caatinga – por expressar sua luta contínua para sobreviver a tantas ameaças, sobretudo, àquelas de natureza antrópica.

O tráfico de animais silvestres é um problema que atinge inúmeras espécies em todo o mundo, sobretudo, aquelas sob maior risco de extinção, como é o caso da arara-azul-de-lear, pois há uma maior pressão internacional para obter exemplares desses "raros" animais; o que, conseqüentemente, gera uma progressiva elevação de seus preços no mercado negro – cujos valores chegam a alcançar cifras vultosas de centenas de milhares de dólares, um único exemplar! Numa medonha lógica "do quanto mais raro, mais caro" – que contribui para acelerar drasticamente o processo de extinção de inúmeras espécies. Nesse sentido, Diana diz que: “Os animais em extinção são o principal alvo dos caçadores pois, dependendo da espécie, o valor de venda pode chegar a U\$30 mil. A arara-azul é um exemplo de espécie mais contrabandeada, especialmente entre colecionadores” (2022, p. 2). Segundo a bióloga, vários são os motivos e possibilidades de comercialização dessas espécies, venda em pet shop, colecionadores, fins científicos, produção de subprodutos entre outras formas de rendimentos.

A arara-azul-de-lear, infelizmente ainda é uma espécie bastante procurada por traficantes de animais silvestres, tanto em função da sua extrema beleza, como pelo fato de que é um animal bastante raro e de ocorrência exclusiva numa região específica da Caatinga baiana, no Nordeste do Brasil.

Nesse sentido, devemos em mente que não são só os fatores da ação criminosa em si, mas os perigos, os maus tratos e a ameaça de desaparecimento de inúmeras espécies, é sobretudo o respeito ao outro. O humano não pode continuar pensando que o não-humano é um objeto de uso e apropriação para os interesses ilimitados da ganância humana. Sobre o contexto Gasparini observa quer:

O tráfico de fauna silvestre - transfronteiriço e doméstico - tem grande envolvimento com grupos criminosos organizados e contribui para o declínio da biodiversidade. Entre 1970 e 2016 já foi possível constatar uma redução média de 68% nas populações monitoradas de mamíferos, aves, anfíbios e peixes causada principalmente por fatores como obras de infraestrutura, agricultura e pesca, entre outras práticas

de produção que pressionam ambientes naturais, segundo o Índice Planeta Vivo 2020 (2021, p. 1).

De outro modo, os conflitos com agricultores provocados pelos ataques de aves às lavouras de milho representam um problema que se replica em diversas regiões do Brasil e do mundo, mudando apenas a espécie animal e o tipo de cultura agrícola ou zootécnica que está sendo impactada. Assim, são situações comuns em regiões do continente Africano, os ataques de elefantes a cultivos de arroz; assim como na Índia, os ataques de tigres a animais domésticos e a pessoas; como também no Brasil, os ataques de onças ao gado, principalmente bovinos, nas regiões Centro-oeste e Norte, e caprinos/ovinos, na região Nordeste.

Deve-se destacar que estes tipos de conflitos decorrem, principalmente, da destruição de habitats dessas espécies silvestres, evidenciado pela aceleração do processo de desmatamento da vegetação nativa nos diferentes biomas. Na região de ocorrência da arara-azul-de-lear existem parcelas que têm sido progressivamente desmatadas, especialmente nas áreas com maior aptidão agropastoril. E, neste processo de desmatamento da vegetação nativa, terminam sendo suprimidas, ainda que pese o fato de ser uma espécie imune de corte, as palmeiras licuri (*Syagrus coronata*), cujos frutos são os principais alimentos das araras.

Assim, devido a este processo de perda contínua de alimentos da vegetação nativa, as araras têm buscado fontes alimentares substitutas, passando, então, a atacar sistematicamente as lavouras de milho nas localidades onde se alimentam, especialmente nos municípios baianos de Euclides da Cunha, Canudos, Jeremoabo, Santa Brígida e Paulo Afonso, fato do qual decorrem os conflitos com os agricultores, pois as araras provocam grandes prejuízos aos seus milharais.

Já o problema das mortes de araras-azuis-de-lear provocadas por descargas elétricas nas redes de distribuição rural, tem alcançado um patamar de grande relevância, tanto pelo elevado número total de casos reportados, quanto pela intensificação de casos registrados a partir do ano de 2018. As araras estão bastante expostas e podem sofrer descargas elétricas – tecnicamente denominada de eletroplessão, ou seja, uma descarga elétrica sofrida de forma não intencional – já que adquiriram o hábito de utilizar as estruturas das redes elétricas, principalmente os cabos e as cruzetas, como poleiros para fins de repouso, para alimentarem-se e

atuarem como sentinelas de bandos, enquanto as demais estão se alimentando. Nesse sentido, é importante assinalar que:

No passado, as principais ameaças que a arara-azul-de-lear encontrava na região do Raso da Catarina, no sertão baiano, eram o tráfico de animais silvestres e a derrubada das palmeiras de licuri, sua fonte de alimentação. Hoje, o animal ameaçado de extinção tem um novo inimigo: o avanço do sistema de iluminação na região. De acordo com uma reportagem do site Uol, o contato das aves nativas com a fiação dos postes de energia da Neoenergia Coelba tem feito com que muitas sejam eletrocutadas[...] No ano passado, de acordo com o projeto Jardins da Arara de Lear, pelo menos 20 aves morreram, o dobro do ano anterior. Segundo relatório da ECO (Organização para Conservação do Meio Ambiente), existem quase 50 casos de morte de araras-azul-de-lear por eletroplessão (descarga elétrica) na região em cinco anos. Esses dados motivaram dois inquéritos civis do Ministério Público da Bahia, na 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha e na Promotoria Ambiental de Paulo Afonso, para apurar as ocorrências nas cidades de Euclides da Cunha, Jeremoabo e Santa Brígida. (CRUZ, 2022, p. 1)

Exatamente devido ao comportamento das araras-azuis-de-lear é que o risco de ocorrência de eventos de eletroplessão nas estruturas das redes de distribuição de energia elétrica é tão alto, pois as araras, por serem animais bastante sociáveis, costumam pousar, em pequenos grupos, sobre essas estruturas, e interagem umas com as outras, usualmente caminhando por entre as várias estruturas da rede elétrica de média tensão (13.800 Volts) – cabos, cruzetas e isoladores – que são estruturas energizadas (que apresentam passagem de corrente elétrica – cabos elétricos) e não energizadas (não há passagem de corrente elétrica – cruzetas), de modo que, quando acontece de alguma arara tocar, simultaneamente, com duas partes do seu corpo, estruturas energizadas e não energizadas da rede elétrica, ocorrerá a descarga da corrente elétrica pelo corpo da ave, ou eletroplessão, que resultará em sua morte, vez que a tensão é de 13.800 V.

Os casos de eletroplessão reportados, indicam a altíssima gravidade do problema, já que estão se aproximando de cerca de uma centena de mortes reportadas; e, neste aspecto, deve-se enfatizar que somente são reportados aqueles casos em que as araras são encontradas por agricultores ou moradores das áreas rural, quando as carcaças dos animais são encontradas às margens de estradas vicinais ou próximas às instalações rurais (porteiras e casas); e, do contrário, quando

as araras caem em locais remotos e de difícil acesso, não serão, naturalmente, encontradas e, portanto, contabilizadas – o que torna a situação muito mais alarmante!

Assim, diante destas ameaças tão sérias a que a população nativa da arara-azul-de-lear está sujeita na região do Raso da Catarina, as instituições e pessoas que se dedicam à sua conservação, têm unido esforços para que seja alcançada, progressivamente, uma redução dos riscos a que estão submetidas.

Atuando, em maior amplitude de área, em ações de educação ambiental, tanto com o público escolar, como também com atores da população que têm uma maior possibilidade de interação com as araras, a exemplo de agricultores, extrativistas de produtos florestais não-madeireiros (principalmente de frutos e folhas da palmeira licuri) e moradores das comunidades rurais onde as araras se alimentam. A sensibilização desses atores é de extrema importância para a conservação da espécie, pois irá proporcionar um maior nível de proteção às araras.

Paralelamente, visando mitigar os conflitos existentes entre as araras e os agricultores, foi criado, no ano de 2005, o Projeto de Ressarcimento de Danos às Lavouras de Milho Provocados pelos Ataques de Araras-azuis-de-lear, que objetiva avaliar os danos provocados pelas araras aos milharais e ressarcir os respectivos prejuízos causados aos agricultores, de modo a evitar ações de retaliação dos agricultores às araras, posto que tendem a ser encaradas como verdadeiras pragas. Dessa forma, este Projeto tem sido capaz de atenuar bastante os conflitos, e assim, tem concorrido fortemente para a conservação da população nativa das araras.

Este Projeto, em seus quase 20 anos de existência, tem sido responsável pelo ressarcimento de prejuízos em lavouras de milho de centenas de agricultores, cujas propriedades rurais estão situadas, principalmente, nos municípios de Euclides da Cunha, Canudos, Jeremoabo e Santa Brígida; perfazendo um quantitativo de dezenas de milhares de sacos de milho entregues aos agricultores como forma de compensação pelos danos causados em seus milharais.

Todavia, ainda que seja um projeto de grande importância para as araras e para os agricultores que cultivam o milho, é preciso ter em mente que é uma ação mitigadora de conflitos pelo uso concorrente deste recurso alimentar que tanto serve de alimento para os próprios agricultores e suas famílias, como para os seus animais de criação – galinhas, cabras e vacas – assim como, para as araras. Portanto, é necessário enfrentar, concomitantemente, o problema da escassez de recursos

alimentares e assim resolver efetivamente esta situação de conflitos entre agricultores e araras. E isso somente ocorrerá com ações de replantio de espécies nativas de cujos frutos as araras se alimentem, a exemplo da palmeira licuri.

Por fim, como forma de solucionar o gravíssimo problema das mortes de araras em função de descargas elétricas, as instituições que atuam na conservação da população nativa da arara-azul-de-lear têm envidados esforços em conjunto com o Ministério Público do Estado da Bahia, no sentido de cobrar da concessionária de energia responsável pelas redes elétricas onde as araras morreram – COELBA – que promova modificações na estrutura dessas redes, a exemplo de afastamento dos cabos elétricos, aumento das dimensões dos isoladores, passagem dos cabos por baixo das cruzetas dos postes, etc., de modo a tornar as estruturas das redes elétricas mais seguras para as araras, e assim reduzir os casos de eletroplessão.

Paralelamente, tem sido cobrada da COELBA, a título de compensação pelos danos ambientais gerados pelas mortes de tantas araras, o apoio ao desenvolvimento de ações que promovam a conservação da espécie e do seu hábitat. E, com este propósito, o Ministério Público do Estado da Bahia tem desenvolvido um papel crucial no delineamento de um Programa de Conservação da Arara-azul-de-lear, capaz de atender às principais ações de conservação, pesquisa científica, educação ambiental e desenvolvimento de tecnologias que reduzam os riscos de eletroplessão para as araras.

Atualmente, a população nativa da arara-azul-de-lear está estimada em 2.700 aves – o que representa um resultado extraordinário dos esforços de conservação empreendidos conjuntamente pelas instituições de conservação e pesquisa, assim como pela importantíssima colaboração das populações locais. O que demonstra, claramente, que mesmo enfrentando problemas tão graves, a luta em prol da conservação desta espécie de ave encantadora tem se mostrado bastante recompensadora e capaz de inspirar e fortalecer o propósito do trabalho desenvolvido por todos!

E assim, lutamos para que as araras-azuis-de-lear se tornem, cada vez mais azul e belo, o céu do lugar que escolheram para viver e nos encantar com sua beleza – o Raso da Catarina, no coração da Caatinga!

#### **4. O QUE É “ECOPERTENCER” MEDIANTE UM TERRITÓRIO MINADO PELO CAPITAL**

A pesquisa ocorre na Serra dos Morgados, município de Jaguarari e na Serrada Berinjela (Campo Formoso), ambas são comunidades contíguas, situadas no conjunto geográfico conhecido como Serras da Jacobina. O território de identidade baiano onde se localizam essas comunidades é o Piemonte Norte do Itapicuru.

López e Marques (2021, p.119) caracterizam as Serras como “ambientes de montanhas”, destacando a “grande diversidade biológica das montanhas” e a contribuição dessas no “fornecimento de água e segurança alimentar da humanidade” concluindo que “o ser humano usufrui nas regiões montanhosas, de descanso, lazer, esporte e turismo”. Ressalte-se, também, a importância dos microclimas que se verifica nos ambientes montanhosos, notadamente nas Serras do Sertão baiano, e a ocorrência de muitas espécies vegetais endêmicas.

A humanidade, ao longo do tempo, vem estabelecendo uma relação cada vez mais agressiva e predatória com a Natureza, aumentando o distanciamento e a prepotência ao considerá-la como recurso, meio de produção, de obtenção de lucro e vantagens, acreditando viver de forma antropocêntrica e “separada” da origem “natural”. De tal maneira, observamos que as comunidades tradicionais, em seus modos de vida e sua relação com a terra e com Natureza em geral, vivenciam esse laço de maneira mais efetiva e afetiva, através do contato diário. Esses modos de vida parecem arcaicos e desconectados com a realidade deste século, porém, como tem se discutido exaustivamente, caso a humanidade não modifique radicalmente a opção pelo desenvolvimento predatório, a autodestruição é certa.

Para Krenak (2020, p. 28) “A vida atravessa tudo, atravessa uma pedra, a camada de ozônio, geleiras. A vida vai dos oceanos para a terra firme, atravessa de norte a sul, como uma brisa em todas as direções”. Assim, entende-se que através do cuidado com a terra e a natureza (expressões primordiais da vida) é possível retomar o fio de “pertencimento natural” que se tornou tão frágil ao longo da trajetória humana, ao aprofundar o modelo de sociedade que temos hoje, artificial e desconectada da Mãe Terra.

Na ótica de Boff (2011, p. 15) a Terra está viva e a humanidade forma parte do universo em evolução: “Hoje, esse organismo vivo está ameaçado em seu equilíbrio

dinâmico devido às formas exploradoras e predatórias do modo de produção dos bens, modo esse mundialmente integrado.”

Numa perspectiva semelhante, ao descrever o amor pela terra/lugar, o sentimento de “topofilia”, Yi-Fu Tuan (2011) considera que as pessoas que vivem diretamente no campo desenvolvem uma ligação forte com o ambiente natural, o que torna seus corpos assemelhados à natureza. Tanto que o geógrafo afirma: “a topofilia do agricultor está formada dessa intimidade física, da dependência material e do fato de que a terra é um repositório de lembranças e mantém a esperança” (TUAN, 2012, p. 56). Desse modo, o sentimento de pertencer ou de ter intimidade com a terra e o lugar, é constituído, além de aspectos físicos e biológicos, também de um conjunto de simbologias, sentimentos, subjetividades, tudo isso expresso em saberes, fazeres e relações entre as pessoas. A esse conjunto de elementos biofísicos e socioculturais/emocionais eu chamo de “ecologias sensíveis” das Serras.

Ao buscar compreender como o pertencimento aos sistemas ecológicos é percebido pelas pessoas residentes nessas Serras, é importante identificar como esse “ecopertencimento” é construído e em que medida favorece um engajamento em ações para proteger efetivamente essas comunidades de ameaças internas e externas. Ameaças internas são, por exemplo, a exaustão das reservas de água, percebidas com o desaparecimento do Rio Estiva e dezenas de nascentes causadas pela perfuração desordenada de poços e o desmatamento. Já as ameaças externas são, mais especificamente, a chegada de grandes parques de geração de energia eólica e também as mineradoras - megaprojetos alicerçados na apropriação da natureza pelo capital, uma vez que geram riquezas para um pequeno grupo de bilionários a partir da invasão de comunidades, da supressão da mata nativa do topo das serras, do desaparecimento dos últimos felinos, aves, abelhas e morcegos, além de outros agravantes como a grilagem de terras e a desinformação na assinatura dos contratos pelos comunitários.

Entende-se, assim, que “ecopertencer” pode ser como um exercício de identificação profunda com o lugar onde se vive as relações biofísicas/culturais/sociais em vista de um profundo engajamento em movimentos que agreguem as pessoas em torno da manutenção desse lugar. Mas também pode se apresentar como um pertencimento superficial que tenha como base a sobrevivência enquanto as

condições não exijam nenhum “desgaste”. Assim que venha a acontecer conflitos, o indivíduo busca a fuga, resguardando seus interesses do modo que lhe pareça melhor.

O jogo do grande capital - que se sente bem vindo, pois goza de proximidade com os poderes constituídos – pode envolver o comunitário, colocando-o como adversário do seu vizinho ou parente, desde que a proposta de trocar a terra pelo dinheiro seja bem elaborada e não reste possibilidades de desconfiança.

Eis o campo minado em que se situa grande parte das Serras da Jacobina, antes marcada pela exploração aurífera, hoje nas mãos dos “senhores dos ventos” e desejada pelos moedores de montanhas. Nesse terreno, “ecopertencer” pode significar ouvir o grito das ecologias sensíveis e do Rio Estiva querendo viver, como também pode ser o silenciamento através de um papel em branco onde se assina a sina de um pedaço do mundo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo do texto é possível observar que cada pedacinho do mundo precisa e deve ser visto com zelo e o cuidado de cada um como a si. Não é interessante preservar para si, mas pelo direito de que cada ente, humano e não-humano, tem de ser e estar no mundo.

Os povos originários e tradicionais, as araras azuis, as serras e toda sua população e espécies devem, precisam e podem viver se o ser humano usar aquilo que lhe foi ofertado e que o diferencia dos demais seres (a inteligência e o senso de coexistência) para construir um mundo melhor para todos. Quando a ganância, o ego e a crueldade humana passarem a ser considerados de menor valor em um contexto de mundo de maior simetria ambiental, entre todas as espécies, será possível que se tenha um lugar melhor para existir, por isso só a conscientização de ser e estar em relação ao mesmo direito dos outros é que pode, talvez, transformar o caos sociopolítico, econômico e ambiental em algo, de fato, virtuoso para Gaia.

## REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. **Ética e Ecoespiritualidade**. Petropolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

CRUZ, Gabriela. **Alô Bahia - Entenda o caso das araras que estão morrendo eletrocutadas no sertão baiano**. (2022) Disponível em: <https://aloalobahia.com/notas/entenda-o-caso-das-araras-que-estao-morrendo-eletrocutadas-no-sertao-> Acesso em: 20/11/2023.

DIANA, Júlia. **Tráfico de animais e comercialização** (2022). Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/trafico-de-animais/>. Acesso em 20/11/2023.

GASPARINI, Nicole Wey. **O que o Brasil precisa fazer para pôr fim ao tráfico de espécies silvestres** (2021), disponível em: <https://umsoplaneta.globo.com/biodiversidade/noticia/2021/12/09/o-que-o-brasil-precisa-fazer-para-por-fim-no-trafico-de-especies-silvestres.ghtml>. Acesso em 20/11/2023.

GOV.BR. **Ministério do Meio Ambiente – Instituto Chico Mendes** (2022) Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/centros-de-pesquisa/povos-e-comunidades-tradicionais>. Acesso em: 20/11/2023.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística **(IBGE) censo 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=indigenas+censo+2020>. Acesso em: 18/11/2023.

KRENAK, Ailton. **A Vida não é Útil**. São Paulo: Companhia das Letras; 2020.

LÓPEZ, Amazile; MARQUES, Juracy. Ecologia Humana em Ambientes de Montanha. In: MARQUES, Juracy; WAGNER, Alfredo: **Ecocídio das Serras do Sertão**. Vol. 1 Paulo Afonso: 2021; Editora SABEH

MARQUES, Juracy; Alfredo W. B. de Almeida, Luciano Menezes (Orgs.) **Barrando Barragens: início do fim das hidrelétricas** / - 2º Ed. - Manaus: UEA Edições/ PNCSA, 2018.

OLIVEIRA, E.G.S. **Os indígenas Pankará, Rio São Francisco e a Barragem de Itaparica (Luiz Gonzaga):** relações socioambientais no Semiárido pernambucano (1940-2010). Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012.